



## PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ARQUIVOS E EM ARQUIVOLOGIA NO CONTEXTO DA SAÚDE: mapeamento na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação

Rita de Cássia da Silva Gadelha<sup>1</sup> | Rayan Aramís de Brito Feitoza<sup>2</sup> | Ana Cláudia Cruz Córdula<sup>3</sup> | Carla Maria de Almeida<sup>4</sup>

### RESUMO

A preocupação com a realidade documental, no contexto da saúde, tem sido um tema constante no campo da Arquivologia brasileira, o que vem promovendo um aumento de publicações em canais de comunicação científica da área. O objetivo desta pesquisa foi de mapear a produção científica sobre arquivos e Arquivologia na área da Saúde na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação, no período de 2011 a julho de 2020. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, e documental, com informações levantadas no ambiente da *web* da Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação e da Plataforma Lattes. Após a coleta das pesquisas indexadas na base de dados, por meio das estratégias de busca, o *corpus* documental compôs-se de 30 artigos científicos que abordam a Arquivologia no contexto da Saúde. Para analisar os dados, foi adotada a técnica de análise de conteúdo. Como resultado, a pesquisa apresentou o número de trabalhos publicados por ano; os(as) autores(as) mais produtivos(as) no período analisado; os periódicos científicos que contemplam os trabalhos identificados mais recorrentes; a representação das palavras-chave que constam nas pesquisas; e as abordagens/objetivos das pesquisas. Considera-se que esta pesquisa poderá contribuir com indicadores e tendências de estudos para o contexto da Arquivologia e suas relações com a área de Saúde e sugere-se que outras pesquisas de produção de conhecimento arquivístico sejam realizadas periodicamente.

**Palavras-chave:** Produção científica; Saúde; Arquivos; Arquivologia.

### *SCIENTIFIC PRODUCTION IN ARCHIVES AND ARCHIVES IN THE CONTEXT OF HEALTH: mapping in the Database of Journals in Information Science*

### ABSTRACT

The concern with the documentary reality, in the context of health, has been a constant theme in the field of Brazilian Archival Science, which has promoted an increase in publications in scientific communication channels in the area. The objective of this research was to map the scientific production on archives and Archival Science in the area of Health in the Database of Journals in Information Science, from 2011 to July 2020. This is a descriptive research, with a quantitative and qualitative, and documentary, with information collected in the web environment of the Database of Journals on Information Science and the Lattes Platform. After

<sup>1</sup> Arquivista | UFPB | [arquivista.rita@gmail.com](mailto:arquivista.rita@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência da Informação | UFBA | [rayanbritof@gmail.com](mailto:rayanbritof@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Ciência da Informação | UFPB | [accordula@gmail.com](mailto:accordula@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Ciência da Informação | UFPB | [carlaa\\_almeida@hotmail.com](mailto:carlaa_almeida@hotmail.com)



collecting the research indexed in the database, through search strategies, the documentary corpus consisted of 30 scientific articles that address Archival Science in the context of Health. To analyze the data, the technique of content analysis was adopted. As a result, the survey presented the number of works published per year; the most productive authors in the analyzed period; the scientific journals that include the most recurrent identified works; the representation of the keywords that appear in the searches; and research approaches/objectives. It is considered that this research will be able to contribute with indicators and trends of studies for the context of Archival Science and its relations with the area of Health and it is suggested that other researches of production of archival knowledge be carried out periodically.

**Keywords:** Scientific production; Health; Archives; Archival science.

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se ter um arquivo organizado, em diversos segmentos sociais, tem levado instituições a buscarem profissionais qualificados ou possibilitarem condições de treinamento técnico na área da Arquivologia, uma área que busca potencializar as organizações e a sociedade com profissionais competentes para realizar a gerência documental por meio de funções que viabilizem o acesso à informação e, a depender do contexto do documento, somar com as fontes ou dispositivos de memória e patrimônio de um Estado.

Diversos setores produzem documentos diariamente que são consequências de ações humanas para tomar decisões em diferentes ambientes, entre eles, as unidades de saúde, que cumprem um papel importante na sociedade e cujas informações e documentos são aportes para efeitos positivos no processo de desenvolvimento de trabalho, de acompanhamento de seus pacientes, entre outros.

A Arquivologia, como uma área do conhecimento que se preocupa com as questões de gestão, organização e acesso dos documentos, tem pesquisas relacionadas aos diversos segmentos que visualizam os documentos arquivísticos como um insumo indispensável no cotidiano. Nesse sentido, as pesquisas ou as produções de conhecimento científico na Arquivologia brasileira têm crescido cada vez mais e são publicadas em diversos meios de comunicação científica (MEADOWS, 1999).

Uma das bases de dados que agrega periódicos científicos da Arquivologia, da Ciência da Informação e da Biblioteconomia e possibilita um movimento de acesso aberto à sociedade é a Base de Dados de Periódicos em Ciência

da Informação (BRAPCI), em que podemos encontrar um alto índice de produção de conhecimento arquivístico, mais precisamente, em âmbito nacional.

Nessa perspectiva, é necessário compreender como se caracterizam, configuram-se e como vêm sendo produzidas as pesquisas sobre arquivo e Arquivologia, no contexto das unidades de saúde, ou relacionadas com a área de Saúde. Assim, é pertinente indagar: Como se configura a produção científica sobre o conhecimento arquivístico no âmbito da Saúde na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020? Para resolver o problema, o objetivo geral desta pesquisa foi de mapear a produção científica sobre arquivos e Arquivologia na área da Saúde na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020.

Este trabalho poderá contribuir significativamente com as tendências e as evidências da Arquivologia para o campo da Saúde ou para as organizações/unidades de saúde. O que motivou seu desenvolvimento foi a compreensão de que o debate a respeito do papel dos arquivos e da Arquivologia para a sociedade, no contexto dos arquivos médicos, dos prontuários médicos e da gestão eletrônica de documentos nas instituições hospitalares é crucial, sobretudo por causa da atual conjuntura que vivenciamos devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

## **2 ARQUIVOLOGIA NO BRASIL E A PRODUÇÃO DE SEU CONHECIMENTO CIENTÍFICO: REFLEXÕES**

No Brasil, a Arquivologia se desenvolveu devido à necessidade do Arquivo Nacional (AN) de ter uma equipe de colaboradores mais capacitados para atenderem às demandas documentais na primeira metade do Século XX. Porém, as necessidades arquivísticas já eram solicitadas desde a época do Império, no Século XIX, com a criação do AN, na época, chamado de Arquivo Público do Império, com os acervos da Corte portuguesa, que incluíam livros, objetos de arte, mapas, moedas, manuscritos, dentre outros. Devido a isso, o número de acervos aumentou e foi preciso instruir equipes envolvidas para tratarem da documentação em questão, o que suscitou olhares e preocupações para a aquisição e a produção de conhecimento para a constituição da Arquivologia no Brasil.

Em 1922, a Arquivologia começou a apontar com a formação de cursos técnicos para os colaboradores do Arquivo Nacional, quando questões que envolviam o



conhecimento estrutural arquivista e a apreciação profissional tornaram-se uma preocupação na época, como apontam Ferreira e Konrad (2014).

Ramos (2019) refere-se a um olhar mais cuidadoso por parte do AN sobre a formação de arquivistas no Brasil, para que a equipe tenha uma base técnica mais criteriosa, pautada nos conhecimentos produzidos nos países europeus e norte-americanos. Ainda sobre a Arquivologia, Marques (2011) enuncia:

A análise da trajetória da Arquivologia no Brasil demonstrou que a sua formação, como disciplina, foi consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos brasileiros, com grande participação do AN e das associações de arquivistas, com destaque para a Associação dos Arquivistas Brasileiro (AAB). (MARQUES, 2011, p. 29).

Nessa perspectiva, a AN contribuiu consideravelmente para uma Arquivologia mais científica, proporcionando a instalação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), considerado relevante na esfera educacional.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define a Arquivologia como uma “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, na organização, na guarda, na preservação e na utilização dos arquivos. Também chamada arquivística” (BRASIL, 2005, p. 37), destacando assim, uma ciência que tem como objeto de estudo, o arquivo.

A Arquivologia, como área do saber, é um campo científico que tem produzido conhecimentos desde a segunda metade do Século XX no Brasil. Uma das primeiras revistas científicas que tratava sobre os aspectos arquivísticos no país foi a ‘Arquivo & Administração’, pertencente à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)<sup>5</sup>, que, hoje, não está funcionando.

Nos anos seguintes à criação da Revista “Arquivo & Administração”, a produção do conhecimento da Arquivologia foi ampliada para periódicos categorizados como próprios da área, assim como na Ciência da Informação e na Biblioteconomia. Além dos periódicos, a área promove eventos científicos que

---

<sup>5</sup>A AAB foi fundada no ano de 1971, como entidade sem fins lucrativos, de caráter técnico, científico, cultural, profissional e de pesquisa, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da área e de seus profissionais e, por meio de seu periódico, disseminar o conhecimento arquivístico.



comunicam pesquisas por meio de anais, como: Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ); Congresso Nacional de Arquivologia (CNA); ISKO-BRASIL; Encontro Nacional de Estudantes (ENEARQ); Encontro de Arquivistas de Instituições do Ensino Superior (ENARQUIFES), além de áreas correlatas, como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), o Seminário Internacional de Informação para Saúde (SINFORGES) e o Colóquio Internacional a Medicina na Era da Informação (MEDINFOR).

Por meio desses canais de informação científica, a Arquivologia tem crescido exponencialmente, em termos de tendências de pesquisas na área (MEADOWS, 1999). Jardim (2012), ao refletir sobre a produção de conhecimentos na Arquivologia, sugere temas de pesquisas, como: Perfil da atividade arquivística; Usos e usuários da Informação arquivística; Gestão de serviços e instituições arquivísticas; Arquivos privados; Preservação; Documentos digitais; Normalização; Políticas arquivística; A percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas; Associativismo; Produção e difusão de conhecimento arquivístico; Docência e docentes em Arquivologia; e Prospectiva arquivística.

Nessa seara, nossa pesquisa se insere no contexto da gestão de serviços da instituição arquivística na área de saúde, numa perspectiva de produção de conhecimento científico, e considera a revelação da produção científica aqui apresentada como importante indicador de estudos de produtividade sobre os arquivos, a Arquivologia e a saúde.

### 3 ARQUIVO EM UNIDADES DE SAÚDE

No Brasil, as Unidades de Saúde recebem, todos os dias, pacientes com inúmeros problemas de saúde. Por essa razão, é necessário registrar informações pessoais, o que gera documentos médicos de acordo com sua demanda diária. Os documentos produzidos à luz do contexto da saúde são referentes tanto às questões terapêuticas assistenciais quanto “[...] à legislação, à gestão, à padronização, à nutrição, às condições socioeconômicas, ao credo, à educação, às tecnologias, à terminologia, além de outras.” (PINTO; SOARES, 2010, p. 16), que resultam em documentos de espécies diversas, que refletem as atividades-fins e as atividades-meio.

Além de tratar os documentos meramente como informações correntes, é necessário enxergá-los como arquivos que registrem a memória social. Nascimento (2014, p. 66) diz que é necessário “que os arquivos de instituição de saúde deixem de ser vistos como mero instrumento de apoio à administração hospitalar, mas sejam reconhecidos como local de memória social, da ciência e da saúde [...]”. Isso reforça a importância desse arquivo para a comunidade que busca o acesso às informações especificamente clínicas. Embora a instituição gere outros tipos de arquivos documentais, os registros médicos são essenciais para passar informações precisas para os profissionais em determinados casos.

Nessa linha de pensamento, Pereira (2020) explana a importância do arquivo médico para a instituição de saúde, pois ela é

responsável pela guarda e pela preservação do prontuário médico, disponibilizando os prontuários para o serviço de ambulatório e internamento, para acompanhamento nas consultas, cirurgias e clínica médica dos pacientes, (...), pois a informações neles contidas são de importância vital para o paciente e equipe de saúde para tomada de decisões quanto ao tipo de tratamento que deve ser aplicado ao paciente (PEREIRA, 2020, p. 23).

Portanto, o arquivo médico é relevante para as práticas nos setores de Saúde, onde se guardam não só documentos administrativos como também todos os registros históricos dos pacientes que possam ser necessários futuramente, como o prontuário do paciente (convencional ou eletrônico), relatórios, entre outros. Bahia (2016, p. 150) enuncia que os “arquivos médicos são arquivos especializados, com acesso restrito aos usuários internos autorizados para o manuseio do arquivo de prontuário de óbito.” O arquivo de uma unidade de saúde precisa ser tratado com as técnicas arquivísticas específicas e com os agentes envolvidos para atender a essas necessidades.

França (2014, p. 24) considera o prontuário médico como um agrupamento de registros ordenados que tem o propósito de assinalar dados referentes ao paciente, durante todo o procedimento de seu acolhimento no local de saúde, e sua importância como base de estudo através das pesquisas nos diferentes âmbitos de conhecimento. O Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da Resolução nº 1.638/02, tornou obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde e, no art. 1º, define o prontuário médico como

o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo. (BRASIL, 2002)

Nas definições supracitadas, observa-se que o objetivo dos prontuários médicos é de coletar informações pessoais e médicas dos pacientes, com o máximo de elementos que possam ajudar o indivíduo a resolver suas enfermidades. Na segunda, há mais preocupação em guardar outros registros além do suporte de papel. Lopes (2019 p. 19) refere que “os prontuários são documentos arquivísticos essenciais para uma unidade de saúde”, por isso os registros devem ser feitos completa e detalhadamente, para que, no futuro, não haja problemas entre a Instituição, o médico e o paciente quando a documentação for solicitada para análise.

Ramos (2018) refere que “o prontuário do paciente é um dossiê que contém informações, desde seu registro de admissão até sua baixa por alta, óbito ou transferência para outra unidade hospitalar”. Portanto, as informações sobre os pacientes que são registradas referentes à saúde, salvaguardadas pelos arquivos da entidade hospitalar, são relevantes como princípio de informação sobre a condição de saúde que em que eles se encontram.

Para as instituições de saúde, o prontuário do paciente dá um suporte para os profissionais da área acerca do que pode ser avaliado e interpretado. França (2014 p. 26) afirma que esses prontuários são “fontes primárias de informações para assistência à saúde, ensino, pesquisa e elaboração de políticas de saúde, como também para avaliação da qualidade da assistência médica”. Nesse caso, esses registros podem ser ricos de informações para a sociedade como um documento histórico, pois poderá fornecer dados que, além de ajudar o paciente, tende a avaliar a qualidade do atendimento médico adequado.

Lopes (2019, p. 19) assevera que a função do arquivo hospitalar “é de anotar todo o atendimento relacionado a consultas e a exames do paciente, resguardando-se para pesquisas que poderão acontecer à frente e atender às necessidades administrativas e de usuários que porventura necessitem colher informações seguindo

as normas cabíveis protocoladas”. É importante ressaltar que o arquivo médico deve ter trato arquivístico para garantir a guarda e a preservação, em longo prazo, dos documentos até então criados e recebidos com a melhor qualidade.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de mapear a produção científica sobre o conhecimento arquivístico, no contexto da área de Saúde em uma base de dados brasileira, no período de 2011 a julho de 2020, esta pesquisa se caracteriza como descritiva. De acordo com Sampiere, Collado e Lúcio (2013, p. 102), um estudo descritivo especifica as “propriedades e as características importantes de qualquer fenômeno que se analise”. Nesta pesquisa, descrevemos, com base no mapeamento da produção científica, os autores, a evolução cronológica dos trabalhos, as palavras que mais representam o *corpus* do trabalho e as abordagens/objetivos das pesquisas desenvolvidas nos último dez anos e que estão indexadas na BRAPCI.

A abordagem do problema desta pesquisa se configura como quantitativa e qualitativa – a primeira, por apresentar dados quantificáveis simples, por meio de gráficos e tabelas; e a segunda, por refletir sobre os dados coletados, as abordagens e as palavras-chave que mais representam os trabalhos desenvolvidos e que estão no contexto da Arquivologia e da Saúde.

Este trabalho também se configura como de natureza documental, realizado no âmbito da *web*, porque compreendemos que os artigos identificados na BRAPCI formam um *corpus* documental para análise, extraindo dados de acordo com as categorias ou variáveis estabelecidas após o processo de coleta dos dados. Não estamos tratando apenas de aspectos conceituais e literários cientificamente, mas também de um conjunto de documentos que potencializam o domínio da saúde na perspectiva de documentos arquivísticos, dos arquivos e da Arquivologia.

Os dados foram coletados na base de dados BRAPCI, um produto desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa intitulado ‘Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior’<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A Brapci surgiu a partir projeto de pós-doutorado da Professora Leilah Santiago Bufrem, no ano de 1995. O *corpus* da base de dados referenciais é constituído pelos artigos dos periódicos da área de CI publicados desde 1972, que são indexados (BUFREM *et al*, 2010).



e que tem o objetivo de contribuir com estudos e propostas na área da Ciência da Informação. A escolha dessa base se justifica porque reconhecemos que há periódicos ou revistas da área de Arquivologia indexadas nela e uma crescente produção científica sobre os arquivos e a Arquivologia nos periódicos de Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

De acordo com o seu portal<sup>7</sup>, em agosto de 2020, a BRAPCI disponibilizou referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de Ciência da Informação. Dos periódicos disponíveis, 40 estão ativos, e 17 encerraram suas atividades.

A coleta foi realizada entre os dias 1º e 5 de agosto de 2020, por meio de estratégias de busca de operadores *booleanos*, definidos a partir do objetivo de nossa pesquisa, a saber: 'Arquivo AND Saúde'; 'Arquivologia AND Saúde' e 'Gestão de Documentos AND Saúde', no recorte temporal entre 2011 e julho de 2020. A escolha por esse recorte se justifica pelas limitações de tempo no decorrer da pesquisa e para observar a evolução dos estudos sobre o tema na última década.

Com o termo 'Arquivo AND Saúde', recuperamos 34 artigos e descartamos nove por não estarem dentro do contexto da pesquisa, serem editoriais ou outros tipos de documentos. Portanto restaram 25. Com o termo 'Arquivologia AND Saúde', identificamos 31 artigos e descartamos nove por estarem fora do contexto da pesquisa. Ficaram 22 trabalhos – cinco inéditos e 17 compatíveis com a primeira busca. Por fim, com o termo 'Gestão de Documentos AND Saúde', recuperamos 13 artigos, descartamos quatro por não serem de interesse da pesquisa, e nove foram compatíveis com as duas primeiras buscas.

Após a coleta das pesquisas indexadas na base de dados, por meio das estratégias de busca, o *corpus* documental foi composto de 30 artigos científicos que abordam a Arquivologia no contexto da Saúde, e cujas referências se encontram no anexo I.

Em relação à técnica de análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), por entender que é um procedimento que possibilita a criação de categorias ou variáveis a partir de um conjunto de documentos, enunciados ou dados

---

<sup>7</sup> Ver: <https://brapci.inf.br> , acesso: 23 de set.de 2021.

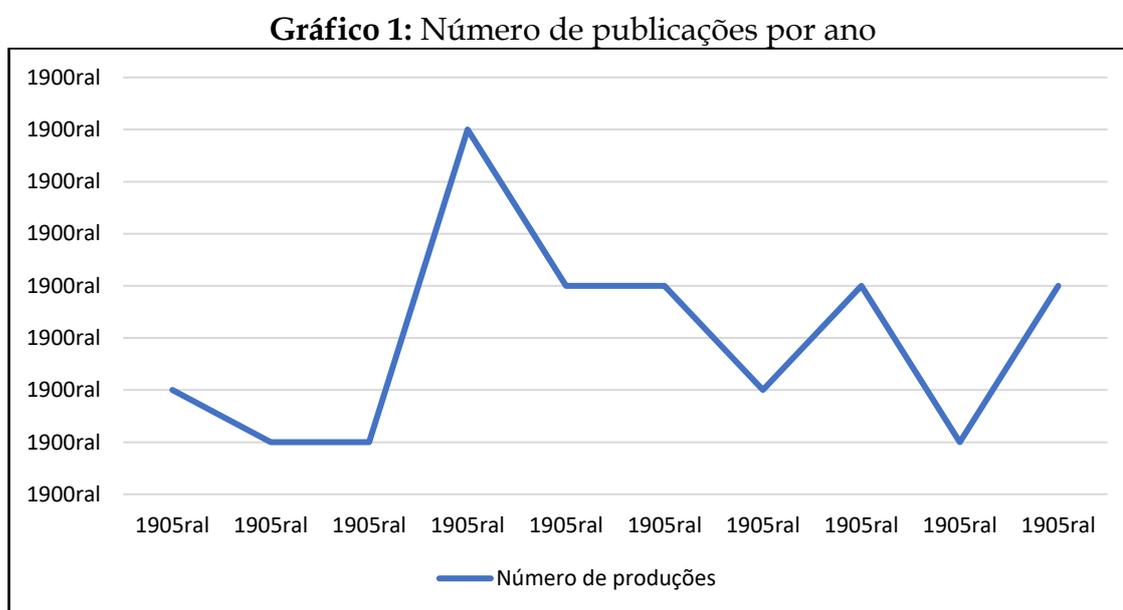


quantitativos ou qualitativos. Para isso, definimos categorias de análises com uma leitura flutuante dos trabalhos recuperados, ou seja, por meio do estabelecimento de categorias *post-facto*. São elas: número de trabalhos publicados por ano; autores(as) mais produtivos(as) no período analisado; periódicos científicos que contemplam os trabalhos identificados mais recorrentes; representação das palavras-chave que constam nas pesquisas; e as abordagens/objetivos das pesquisas.

Para caracterizar os(as) autores(as) mais produtivos(as) em relação à formação acadêmica, foi necessário fazer uma busca no currículo da Plataforma Lattes. Na próxima seção, apresentaremos os resultados da pesquisa.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados alcançados a partir da identificação de 30 artigos científicos que estão no contexto dos Arquivos, da Arquivologia e da Gestão de documentos na perspectiva da área da Saúde. Conforme foram estabelecidas as categorias, inicialmente apresentamos o número de publicações ocorridas no período de 2011 a julho de 2020, como demonstrado no Gráfico 1.



**Fonte:** Dados da pesquisa (2020)

Conforme o exposto, em 2011, foram publicados dois artigos científicos que tratam sobre os arquivos ou a Arquivologia na perspectiva da Saúde, o que

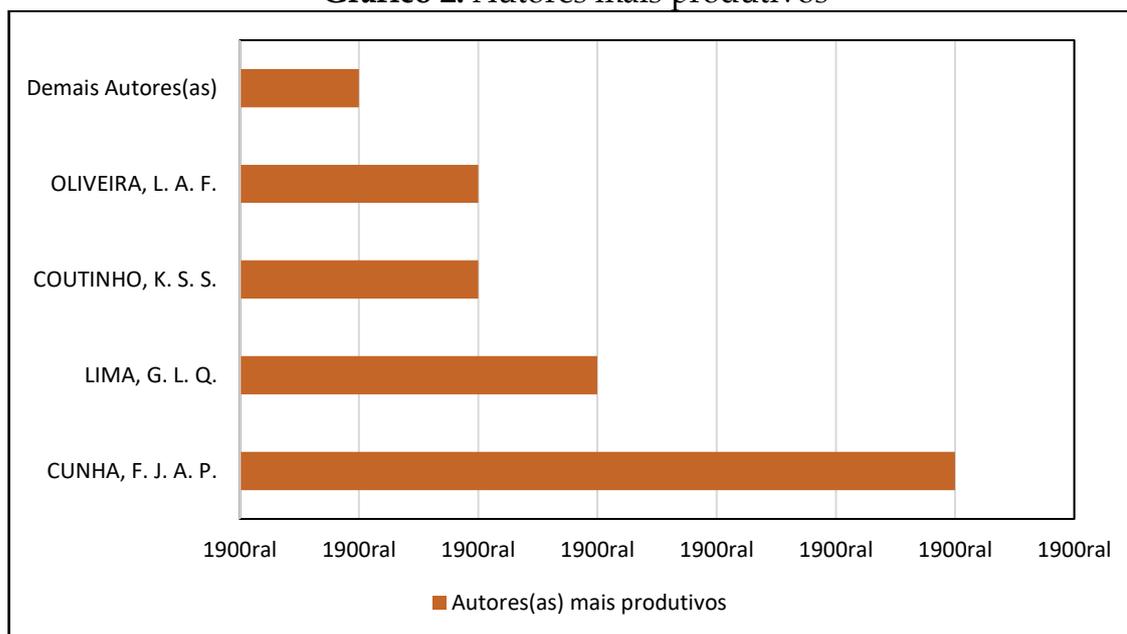
corresponde a 6,67% e, nos anos de 2012, 2013 e 2019, um artigo sobre esse contexto é o que representa o tema na base de dados Brapci, proporção de 3,33%.

O maior número de publicações sobre o tema discutido, de acordo com o Gráfico 1, ocorreu no ano de 2014, com sete artigos científicos, 23,33% do total do *corpus* documental em análise. Com quatro trabalhos publicados nos anos de 2015, 2016, 2018 e 2020 (13,33%), a base apresenta reflexões sobre a Arquivologia e a área de Saúde, por meio de pesquisadores que têm buscado questionar, planejar e pesquisar sobre as contribuições dos arquivos e o papel dos documentos no processo da gestão hospitalar ou da unidade de saúde, além de contribuir com o acesso à informação de usuários pacientes e com pesquisas que revelem a importância da memória social por meio de arquivos em hospitais, centros de saúde, clínicas, entre outros.

Percebemos que estudos e/ou pesquisas no contexto de arquivos médicos e arquivos de instituições de saúde têm sido recorrentes, apesar de um número ainda em crescimento e estável nos últimos anos. Esses estudos na área da Arquivologia são importantes porque, em uma unidade de saúde, especialmente em hospitais, sua principal finalidade é de garantir a existência do histórico documentado de um tratamento pleno ao paciente, para que seja possível uma consulta posterior em virtude de seu tratamento em geral ou para processos administrativos. Nesse contexto, arquivos com prontuários médicos, eletrônicos ou não, precisam ser organizados, para facilitar o processo de buscas rotineiras ou emergenciais de seus usuários (paciente) para o corpo clínico, a administração hospitalar e a sociedade (SILVA, 2019).

O Gráfico 2, a seguir, apresenta os autores mais produtivos sobre arquivo hospitalar, documentos arquivísticos na área de saúde, prontuário do paciente, prontuário eletrônico do paciente, arquivos médicos, temas que confluem as áreas de Arquivologia e de Saúde, no recorte temporal de 2011 a julho de 2020). O total de autores(as) e coautores(as) identificados nos artigos foi de 52 pessoas que são caracterizadas como alunos(as), pesquisadores(as), mestrandos(as), doutorandos(as) e profissionais da área de Saúde.

**Gráfico 2: Autores mais produtivos**



**Fonte:** Dados da pesquisa (2020)

O Gráfico 2 apresenta os(as) quatro autores(as)/coautores(as) mais produtivos(as) nos artigos em análise, sendo que 48 publicaram uma única vez e são classificados como ‘demais autores(as)’. O autor com mais produções acadêmicas científicas sobre o domínio da saúde na Arquivologia é Francisco José Aragão Pedroza Cunha, com seis artigos. Com coautoria em três trabalhos, Gillian Leandro de Queiroga Lima é o segundo mais produtivo neste *corpus* documental. A pesquisadora Karine Silvana de Souza Coutinho é autora de dois estudos, enquanto Louise Anunciação Fonseca de Oliveira tem autoria e coautoria em dois trabalhos. Ambas ocupam a terceira posição de produtividade no tema analisado e no recorte temporal delimitado.

Francisco José Aragão Pedroza Cunha é Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-graduação Multi-institucional e Multidisciplinar da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador; Mestre em Ciência da Informação pela UFBA; Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da UFBA; Professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA e do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento

(DMMDC) da Faculdade de Educação da UFBA; pesquisador dos temas arquivística, gestão de documentos, gestão da informação, gestão do conhecimento, gestão cultural, gestão hospitalar, sistemas de informação, ensino e aprendizagem e comunicação organizacional, Ciência da Informação, saúde coletiva, redes sociais, inovação tecnológica, economia da inovação, sistemas de representação do conhecimento e políticas de informação.

Gillian Leandro de Queiroga Lima é Doutor pelo DMMDC/UFBA; Bacharel em Arquivologia pela UFBA; Pós-graduado no MBA em Gestão da Informação da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto de Ciência da Informação da UFBA; Professor Adjunto da UFBA e Chefe do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) do Instituto de Ciência da Informação da UFBA; integra o Grupo Temático Informação, Saúde e População da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GTISP/Abrasco) e o Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC); tem experiência em pesquisas na área de teorias arquivísticas, informações em saúde, gestão de arquivos e serviços arquivísticos, gestão de documentos e organização de arquivos.

Karine Silvana de Souza Coutinho é graduada em Secretariado Executivo pela Universidade do Sul de Santa Catarina; atualmente é técnica administrativa da vigésima Gerência Regional de Saúde; é experiente na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização de Arquivos, e atua, principalmente, nos temas gestão documental e arquivística.

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira é doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Relações Públicas pela Universidade Católica do Salvador e em Arquivologia pela UFBA; é especialista em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada pela UFBA; arquivista da Escola Politécnica da UFBA; e membro do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI, UFBA, CNPq), do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC, UFBA,

CNPq) e do Grupo Documentos Digitais: Gestão, Preservação, Acesso e Transparência Ativa (Ged/A, UFF, CNPq).

Percebemos que os(as) autores(as) mais produtivos(as) em relação ao tema ‘Arquivos na área de Saúde’ são professores e pesquisadores doutores, arquivista, pós-graduanda e especialistas que se interessam pela pesquisa nesse domínio.

Na Tabela 1, a seguir, apresentam-se as revistas ou periódicos mais recorrentes na BRAPCI, que publicaram os artigos com o tema em análise.

**Tabela 1:** Periódicos científicos

Periódicos Científicos	Quantidade	Frequência
Ágora: Arquivologia em debate	9	30%
Acervo - Revista do Arquivo Nacional	3	10%
Archeion Online	3	10%
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	3	10%
Informação Arquivística	3	10%
Informação em Pauta	2	6,75%
Ponto de Acesso	2	6,75%
Revista Analisando em Ciência da Informação	1	3,3%
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1	3,3%
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	1	3,3%
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	1	3,3%
Prisma.com (Portugal)	1	3,3%
<b>Totais</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Indexados na base de dados BRAPCI, os periódicos que contemplam, em seus mais variados números e edições, artigos que tratam da Arquivologia e da Saúde são expostos na Tabela 1. A ‘Revista Ágora: Arquivologia em debate’ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresenta o maior número de publicações no período de 2011 a julho de 2020, com nove pesquisas científicas sobre o tema (30%).

As revistas ‘Acervo – Revista do Arquivo Nacional’, ‘Archeion Online’, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ‘BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação’, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e ‘Informação Arquivística’, da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, somam três artigos científicos, o que equivale a 10%, cada uma, no recorte temporal



Como pode ser observado, as *Tags* 'Gestão Documental' e 'Arquivo' representam a maior parte dos conteúdos dessas pesquisas no contexto da saúde. Podemos levar em consideração que as pesquisas contemplam os documentos, as funções arquivísticas na gestão de documentos e os arquivos no contexto da unidade de saúde.

As palavras que retratam os documentos sobre a área de saúde foram prontuários médicos, prontuário eletrônico do paciente, informação em saúde, gestão de arquivo hospitalar, arquivos em saúde, arquivos clínicos e arquivos médicos. Isso vai ao encontro do pensamento de Silva (2019) sobre os arquivos de Unidades de Saúde ou, como também podem ser chamados, arquivos médicos, prontuário do paciente, prontuário médico, ou melhor, os fornecidos e acumulados na execução das atividades dos profissionais da Saúde que apoiam informações sobre os pacientes e a comunidade.

Partindo das palavras-chave, apresentamos, no Quadro 1, as abordagens ou objetivos das pesquisas que foram identificadas na base de dados BRAPCI.

**Quadro 1:** Abordagens/Objetivos dos artigos encontrados

Autores(as)	Abordagem/Objetivos
Arabidian e Constante (2011)	Apresenta um estudo dos agentes biológicos no acervo da área da saúde da Biblioteca Central da UFSM. Por meio deste, procurou-se ressaltar a importância da conservação documental, uma vez que pode ser considerada uma das funções fundamentais para a preservação dos acervos de bibliotecas e arquivos.
Cé e Pedrazzi (2011)	Baseado na Monografia de pós-graduação defendida em 2010, no Curso de Gestão em Arquivos da UFSM, cujo título é "Estudo de usuários: recurso para a difusão do arquivo da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre". O artigo demonstra o perfil e as necessidades dos usuários do mencionado arquivo a partir da pesquisa realizada, possibilitando, planejar ações de difusão de modo a disponibilizar as informações arquivísticas de forma eficiente e eficaz, buscando melhorar a qualidade do atendimento e a satisfação dos usuários.
Lunardelli e Tonello (2012)	Apresenta uma proposta de organização e mais especificamente de representação de fotografias relativas às instituições voltadas à área da saúde, enfatizando aquelas fotos, as quais, de algum modo, estão relacionadas ao Hospital do Câncer de Londrina.

Gambi, Ferreira e Galvão (2013)	Analisa o processo da informatização do prontuário do paciente e verificar o seu impacto para os profissionais que trabalham em um arquivo de instituição de saúde.
Balan (2014)	Busca potencializar o uso da informação arquivística, no Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde, através de uma nova abordagem para o tratamento de seu acervo, descolando-se do foco de armazenamento e acesso, adotado até então, para o pressuposto de gestão estratégica e uso “útil”, com vistas à implantação de um projeto piloto para o arquivo do Instituto.
Cunha (2014)	Apresenta uma pesquisa em desenvolvimento que defende os documentos como mecanismo de difusão de conhecimentos gerenciais entre os sistemas e redes de atenção à saúde. Conhecimento e inovação são fenômenos de ordem, desordem e organização nesta Era de redes telemáticas.
Gonçalves e David (2014)	Apresenta um estudo de reutilização da informação clínica realizado no Centro Hospitalar de São João (CHSJ) no sentido de apoiar a tomada de decisão relativa à gestão de informação do Arquivo Clínico, fundamentando uma estratégia de integração no PCE de registros clínicos em papel dos atuais doentes do CHSJ, com base nas necessidades de acesso à informação.
Oliveira e Cunha (2014)	Revela parte dos resultados preliminares de uma pesquisa sobre gestão de documentos em serviços de saúde e destaca a importância das Comissões de Avaliação de Documentos e de Revisão de Prontuários do Paciente nessas organizações. Essas comissões deliberam as diretrizes para a preservação dos documentos e dos respectivos conjuntos de documentos que contenham valor secundário e sejam capazes de cumprir a missão principal desses serviços: promoção, prevenção e assistência à saúde.
Romeiro, Nascimento e Andrade (2014)	Apresenta os resultados do estudo de caso que teve como objetivo identificar quais os tópicos necessários para avaliar a implantação de sistemas de gestão de documentos e arquivos. Foi utilizado como estudo de caso o sistema da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP/Fiocruz.
Vieira e Silva (2014)	Traz o relato de uma iniciativa de educação patrimonial do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz: a publicação de um livro ilustrado voltado para o público infanto-juvenil, resultado de uma metodologia de trabalho multidisciplinar e fortemente alicerçada sobre a pesquisa bibliográfica e documental, na qual se pretende retratar a história da saúde pública no Brasil através do vasto acervo documental sob guarda dessa instituição arquivística.
Zilli Júnior e Pinto (2014)	Mensura e apresenta uma metodologia das etapas do processo de digitalização dos prontuários dos pacientes. Desta forma, algumas novas atividades no meio arquivístico foram desenvolvidas para esta inserção, como a mensuração dos processos existentes e a quantificação das gestões e fluxos informacionais.

Coutinho (2015)	Demonstra os benefícios das práticas arquivísticas quando o fluxo documental é submetido ao tratamento da informação. É possível o estabelecimento do fluxo de gestão documental na SES a partir dos trabalhos juntos aos Arquivos Setoriais. Neste caso, refere-se ao setor de Farmácia da 20ª Gerência Regional de Saúde.
Cruz (2015)	Questiona o prazo de 20 anos, estabelecido pela resolução 1821/2007 do Conselho Federal de Medicina (CFM), para a guarda do Prontuário de Pacientes (PP). Defende-se a ideia de que o PP apresenta valor secundário e é de interesse público e social, sendo assim, deve ser tratado como documentação de guarda permanente.
Cunha, Oliveira e Lima (2015)	Foca na importância da avaliação de documentos na gestão de documentos de hospitais com termo de adesão a uma rede de aprendizagem e inovação em gestão hospitalar.
Leite e Sousa (2015)	A informação é um produto que subsidia a tomada de decisão nas diversas áreas do conhecimento, dentre elas a da saúde, sobretudo aquela que está registrada em prontuários médicos. Nesse sentido, analisa a organização e o funcionamento do arquivo de prontuários de uma Unidade de Saúde da Família na cidade de João Pessoa.
Bahia (2016)	Relata aspectos didáticos da disciplina Documentação em Unidades de Saúde ministradas no Curso de Graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Apresenta como são abordadas a legislação da documentação em unidade de saúde, a tipologia documental, a gestão documental em unidades de saúde e a ética em pesquisa em saúde na formação do profissional arquivista.
França, Souza e Chaves (2016)	Apresenta um contraponto terminológico e conceitual às afirmações de Galvão, Ferreira e Ricarte (2014), em seu texto "Usuários de informação sobre saúde", quando esses afirmam que prontuários do paciente são informações que "podem ser caracterizadas" de modo arquivístico e, ainda mais, inserem tais documentos no contexto de "coleção de informação". Apesar da contribuição dos autores para a ciência médica, este trabalho argumenta, arquivisticamente, a importância da coerência terminológica e as implicações práticas destoantes diante de possíveis desvios conceituais no tocante a documentos de arquivo - caso dos prontuários de paciente.
Santos, Lima e Cunha (2016)	Apresenta uma discussão sobre a eficácia do direito de acesso às informações orgânicas em Saúde, valendo-se de aprofundamentos teóricos e pesquisa de levantamento para embasamento da temática.
Silva (2016)	Temas de pesquisas consolidadas na área de saúde como: os riscos ambientais (químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidente) e a informação em saúde, entendida como aquela que capacita para o trabalho laboral mediante uma ação pautada no conhecimento dos riscos que o ambiente oferece, foram abordados na perspectiva do profissional arquivista por entendermos que seu ambiente de trabalho, os Arquivos, está

	posto nas mais diferentes instituições, da indústria ao hospital, ou seja, cada empresa e organização possuem seu próprio Arquivo. Para tanto, realiza uma revisão de literatura que visou caracterizar as doenças as quais os arquivistas estão expostos no ambiente de trabalho.
Assad (2017)	Busca discutir o tratamento de acervos fotográficos a partir de uma metodologia arquivística, por meio da análise das fotografias do acervo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo produzidas em sua maioria entre 1923 e 1970, custodiados pelo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas.
Pinto e Sales (2017)	Estuda a literatura referente à preservação e à curadoria digital, com ênfase no padrão OAIS, considerando a possibilidade de sua aplicação para o desenvolvimento de um Repositório Digital de Prontuários Eletrônicos de Paciente, observando-se o ordenamento jurídico concernente a esse tipo de documento.
Aganette, Teixeira e Aganette (2018)	Relata uma iniciativa na área de gestão de processos organizacionais em uma instituição do setor de saúde pública. Retrata a importância estratégica da gestão dos processos, pontuando como os fluxos de atividades e das informações recebidas/geradas trarão benefícios financeiros, otimização dos processos e competitividade.
Farias Neto, Lima e Cunha (2018)	Identifica termos no 2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (2º PlaDITIS) e relacioná-los com a Gestão de Documentos (GD). Parte dos pressupostos de que os arquivos são mecanismos de transferência de informação com potencial para propiciar inovações nos serviços, e que diretrizes da GD se aplicam nas Políticas de Informação em Saúde.
Fujita e Rodriguez (2018)	Propõe uma abordagem sobre as relações existentes entre as políticas de gestão documental e de indexação com o objetivo de refletir sobre a aplicabilidade da elaboração e implementação da política de indexação no âmbito das instituições de saúde pública no Brasil. O desenvolvimento da proposta de política de indexação aplicada a arquivos de instituições de saúde revela inovação do ponto de vista sistêmico à rede nacional de saúde e a necessidade de desenvolvimento de metodologias de representação da informação dentro de uma política estabelecida em consonância com as necessidades de recuperação informacional da organização.
Ribeiro, Lamb e Mascarenhas (2018)	Debate a consolidação do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS), cujo acervo está relacionado à história da psiquiatria e dos saberes médico-psicológicos.
Santos, Vitoriano e Damian (2019)	O prontuário do paciente é um importante elemento do sistema de informação, produz e disponibiliza diariamente uma grande quantidade de informação que representa a trajetória de vida relativa à saúde de inúmeras pessoas. Diante disso, apresenta conceituações de gestão da informação orgânica e de gestão documental e enfatizar sua importância no contexto do prontuário do paciente.

Britto e Corradi (2020)	Apresenta as ações desempenhadas na elaboração do Manual de Gestão dos documentos finalísticos do Instituto Evandro Chagas - IEC. Em 2013, durante o período de estruturação do Setor de Arquivo - SEARQ, percebeu-se a necessidade de tratar arquivisticamente os documentos produzidos e recebidos pelo Instituto, porém o mesmo não contava com um Manual de Gestão que contemplasse o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade referente aos seus documentos finalísticos.
Coutinho (2020)	Apresenta a avaliação dos impactos sustentáveis pelo viés da gestão documental nas unidades de saúde de Santa Catarina. Enfatiza a necessidade de planejamento das ações que contemplem a capacitação dos técnicos para o uso efetivo dos sistemas de informações em saúde e a tabela de temporalidade de documentos no contexto regional. Descreve os serviços arquivísticos terceirizados no Estado de Santa Catarina. Destaca as relações entre a arquivística e a saúde ocupacional, ambiental e epidemiológica. Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD. Faz a revisão da Tabela de Temporalidade de Documentos do Laboratório Central-LACEN. Fragmenta documentos não arquivísticos para a ensaio de eliminação oficial de documentos. Apresenta o Levantamento da Massa Documental Acumulada - LMDA das Gerências Regionais de Saúde de Tubarão, Lages e Joaçaba.
Farias Neto e Cunha (2020)	Investiga indícios dos princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI) no portal do Departamento de Informática do SUS (DataSUS) e a relação destes com a função da disseminação da informação arquivística. O objetivo do estudo é analisar a conformidade do portal do DataSUS em relação aos princípios da LAI.
Souza e Bernardino (2020)	Discute as informações sobre a memória institucional do curso de medicina da UFPB entre os anos de 1952-1954 contidas no livro de Ata do Conselho Técnico Administrativo (CTA) do CCS. O objetivo geral é analisar as informações sobre memória institucional do Curso de Medicina da UFPB, entre os anos de 1952-1954, presentes no Arquivo do CCS.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020)

As abordagens/objetivos apresentadas no Quadro 1 se referem aos enfoques em que as pesquisas são caracterizadas neste *corpus* documental. Existem pesquisas, no início da década em análise, que focam os aspectos técnicos da Arquivologia em setores que viabilizam a documentação no contexto educacional, mas que têm suas configurações na saúde, como o estudo de Cé e Pedrazzi (2011) e Arabidian e Constante (2011), na UFMS, e o de Romeiro, Nascimento e Andrade (2014) sobre o sistema da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz.

Há pesquisas voltadas para as funções arquivísticas em instituições de saúde, como a de Gambi, Ferreira e Galvão (2013), que investigaram o processo de informatização do prontuário do paciente e seu impacto para os profissionais que trabalham em um arquivo de instituição de saúde, e a de Cunha, Oliveira e Lima (2015), sobre a importância de avaliar documentos na gestão de documentos de hospitais com termo de adesão a uma rede de aprendizagem e inovação em gestão hospitalar.

Nos aspectos políticos, destacamos o estudo de Fujita e Rodriguez (2018), que propõem uma abordagem sobre as relações existentes entre as políticas de gestão documental e de indexação, com o objetivo de refletir sobre a aplicabilidade da elaboração e da implementação da política de indexação no âmbito das instituições de saúde pública no Brasil; o de Bahia (2016), que aborda a legislação da documentação em unidade de saúde, a tipologia documental, a gestão documental em unidades de saúde e a ética em pesquisa em saúde na formação do profissional arquivista, e o de Farias Neto e Cunha (2020), que investigaram os princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI) no portal do Departamento de Informática do SUS (DataSUS) e a relação deles com a disseminação da informação arquivística.

Numa referência aos aspectos políticos, legislativos, de governança e de gestão de documentos, temos o estudo de Cruz (2015), ao questionar sobre o prazo de 20 anos, estabelecido pela Resolução nº 1821/2007 do CFM, para guardar o Prontuário de Pacientes (PP).

Numa perspectiva tecnológica e sistemática, apresentamos o trabalho de Farias Neto, Cunha e Lima (2018), que identificaram termos no 2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (2º PlaDITIS) e relacioná-los com a Gestão de Documentos (GD); e o de Pinto e Sales (2017) sobre a preservação e a curadoria digital, com ênfase no padrão OAIS, considerando a possibilidade de ser aplicado para criar um Repositório Digital de Prontuários Eletrônicos de Paciente.

De maneira geral, existem diversos estudos pautados na Arquivologia e na área de Saúde que podem ser compreendidos como categorias representadas no *corpus* documental identificado e analisado, como: estudos de campo em instituições de

saúde; aspectos que envolvem as contribuições das funções arquivísticas na gestão e na organização da informação hospitalar e às suas Unidades; aspectos políticos, legislativos, de governança e de gestão documental; aspectos tecnológicos e sistemáticos, além de estudos de caráter conceitual que circundam em uma exploração entre os procedimentos de arquivos e da Arquivologia com o contexto que envolvem a saúde na sociedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mapeou a produção científica sobre o conhecimento arquivístico, no contexto da área de Saúde na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020, com o intuito de contribuir com a Arquivologia como campo científico e subsídio para os processos documentais e informacionais nas instituições de saúde.

Realizamos uma revisão de literatura sobre a Arquivologia, sua produção de conhecimento científico, com uma breve reflexão, e os aspectos conceituais dos arquivos e sua importância para instituições como: hospitais, clínicas, centros de pesquisas de saúde, entre outras.

Em um levantamento realizado na BRAPCI, no período de 2011 a julho de 2020, encontramos 30 artigos científicos, cujo maior quantitativo foi publicado no ano de 2014, embora tenham sido encontrados trabalhos sobre o tema nos nove anos levantados. Identificamos os(as) autores(as) mais produtivos(as) sobre o tema e percebemos que quatro se destacam na produção desses artigos: dois professores doutores, uma doutoranda e uma especialista, cujas formações são relacionadas ao campo da Arquivologia.

Quanto aos periódicos, a Revista de Arquivologia 'Ágora: Arquivologia em Debate' da UFSC concentra o maior número de trabalhos - 30% (nove artigos). Quanto às palavras-chave que representam os conteúdos dos artigos, verificamos que os termos gestão documental, arquivos, prontuário do paciente e saúde pública são os mais recorrentes.

No que se refere às abordagens e às características dos estudos pautados nos objetivos dos artigos, compreendemos que têm como enfoque os seguintes aspectos: os estudos de campo em instituições de saúde; as contribuições das funções

arquivísticas na gestão e na organização da informação hospitalar e suas Unidades; aspectos políticos, legislativos, de governança e de gestão documental, tecnológicos e sistemáticos; além de estudos de caráter conceitual que circundam em uma exploração entre procedimentos de arquivos e da Arquivologia e a área da Saúde.

Consideramos que esta pesquisa poderá contribuir com indicadores e tendências de estudos no contexto da Arquivologia e suas relações com áreas e unidades hospitalares, médicas, entre outras, e sugerimos que outras pesquisas de produção de conhecimentos arquivísticos sejam realizadas periodicamente.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, E. M. S. B. Conhecimento, inovação e documentação em Unidades de Saúde. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 30, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6293>. Acesso em: 30 jul. de 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUFREM, Leilah Santiago *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/DHV9RQMtPKMrRRrdDMzMVvh/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 27 de set. de 2021.

BRASIL. Resolução nº. 1.638 de 10 de julho de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. **Conselho Federal de Medicina**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1638>. Acesso em: 31 de jul. de 2021.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 15 jun. 2021.

FERREIRA, R. C.; KONRAD, G. V. R. O ensino de Arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.28, n.3. Edição Especial. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5358>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FRANÇA, P. Z. P. **Reestruturação do serviço de arquivo médico e estatística do Centro Municipal de Referência em Saúde Leonard Mozart da Prefeitura Municipal de Cabedelo**. João Pessoa, 2014. 58f. (Curso de Graduação) –



Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 5 reimpr. São Paulo: ed. Atlas, 2012. 200 p.

LOPES, E. C. A. **Lei de Acesso à Informação: um olhar para os arquivos hospitalares**. João Pessoa, 2019, 28f. (Curso de Graduação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/documentos/242EricaCristinaAguiarLopes.pdf>. Acesso em: 31 de jul. de 2020.

MARQUES, A. A. C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

NASCIMENTO, F. J. T. do. **O acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à privacidade**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional) em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11819/O%20acesso%20nos%20arquivos%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 de jul. de 2021.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out/2004. Informações disponíveis em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7649>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PEREIRA, Í. J. S. **Arquivos e prontuários médicos: análise sobre a aplicação da gestão documental nos arquivos e prontuários médicos**. 2018, 39f. Monografia (Graduação em Arquivologia) Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/documentos/248ItaloJosedeSouzaPEreira.pdf> Acesso em: 30 de jul. de 2021.

PINTO, V. B.; SOARES, M. E. (Org.). **Informação para área da saúde: prontuário do paciente, ontologia de imagem, terminologia, legislação e gerenciamento eletrônico de documentos**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RAMOS, R. O. A preservação da memória da saúde na Gestão Documental dos arquivos hospitalares. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 2, p. 1-13, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13671>. Acesso em: 31 de jul. 2021.



RAMOS, A. F. B. **Arquivologia como segunda graduação: olhares e inquietações**. João Pessoa, 2019. 27 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em:  
<http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/documentos/239ArthurFelipeBenevidesRamos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

REIS, L. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. **Biblios**, Perú, v. 7, n. 24, abr.-jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/161/16172402.pdf>. Acesso em 14 fev. 2020.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em:  
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/449>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SAMPIERE, R. F.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, J. B. **Comportamento do usuário na busca por informação em prontuários médico: estudo de caso dos acadêmicos da área da saúde do Hospital Universitário de Sergipe - HU**. 2019, 77 fls. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) -Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

TANUS, G. F. S.; ARAÚJO, C. A. Á. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 37, 83-102. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/27332>. Acesso em: 15 abr. 2021.